

Consideram que no actual condicionalismo do País têm a possibilidade e o dever de o servirem submetendo-se a um sufrágio livre, que constitui o processo mais directo e amplo da indispensável participação dos cidadãos na vida do Estado.

Afigura-se-lhes que neste momento a sua intervenção livre e independente é compatível com a apresentação da sua candidatura pela União Nacional, uma vez que os dirigentes actuais desse organismo lhes merecem a qualificação de homens de boa vontade e já apontaram publicamente a instauração de um regime de tipo europeu ocidental como meta final da sua actividade política.

Nesta orientação, crêem que é possível realizar as transformações e reformas de que o País urgentemente carece na linha política do actual Chefe do Governo, necessariamente sujeita à fiscalização crítica da Assembleia Nacional. Neste ponto divergem das Oposições, cuja existência e livre expressão encaram como indispensáveis e inerentes a uma vida política sã e normal.

Esta intervenção dos signatários, desligada de quaisquer compromissos, que ninguém, aliás, lhes solicitou, orientar-se-á, pois, essencialmente no sentido da rápida e efectiva transformação política, social e económica do País. Consideram essencial para a realização de tal transformação assegurar o exercício efectivo dos direitos e liberdades fundamentais consignados na Constituição e na Declaração Universal dos Direitos do Homem."

Francisco Lumbrales de Sá Carneiro. Joaquim Macedo, Joaquim Pinto Machado Correia da Silva e José da Silva."

### **1.3. Primeiro discurso político, proferido na sessão de propaganda eleitoral realizada em Matosinhos, em 12-10-969**

"Minhas senhoras e meus senhores:

Senti-me muito honrado com o convite que me foi dirigido para tomar parte nesta sessão, mas ao aceitá-lo logo transmiti a minha apreensão ao Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional.

Estreante nestas lides, sinto-me totalmente desprovido dos dotes oratórios capazes de empolgarem uma assembleia de eleitores, ou sequer de lhe prender a atenção por muito tempo.

Além disso, as poucas sessões de propaganda eleitoral a que assisti há bons vinte anos, deixaram-me a penosa impressão de longos discursos em que os elogios ao regime alternavam com os ataques aos adversários, só interrompidos pelos vivas e morras correspondentes, tudo não criando senão um clima de exaltação impróprio da tentativa de esclarecimento político.

Hoje e aqui, não foi para isso que nos reunimos, mas apenas para uma troca de impressões a que procurarei dar honestamente a minha singela colaboração, em

ordem a possibilitar a Vossas Excelências um melhor conhecimento da pessoa de um candidato, das suas ideias, das suas intenções.

O fundamental é, a meu ver, dar-mo-nos a conhecer, mormente quando, como acontece comigo, se trata de um novato desconhecido, que não pode apresentar nem realizações políticas anteriores, nem outros pergaminhos que não sejam uma licenciatura em Direito seguida de treze anos de trabalho de advocacia.

Necessariamente esse conhecimento desagradará a alguns: o fundamental é que todos possam ficar esclarecidos e votar conscientemente no sentido que julgarem mais adequado aos interesses do País.

Isto é tanto mais necessário quanto é certo que os eleitores são chamados a fazerem uma escolha de pessoas e de métodos e não a optarem por um ou por outro partido.

Ao propor a nossa candidatura, a União Nacional não apresenta aos eleitores um grupo de seus filiados que apoiem incondicionalmente a política do Governo e se tenham submetido a uma disciplina partidária, mas sim dez pessoas que, com liberdade e independência, se dispõem a participar num dos órgãos de soberania da Nação, em ordem a servi-la colaborando no progresso do País.

Esta liberdade de acção e independência política seriam impossíveis numa organização partidária, sujeita a regras próprias e a indispensável disciplina.

Não quero com isto depreciar os partidos políticos, que merecem ser encarados com seriedade como meio válido de participação, mas apenas salientar que as condições em que a União Nacional actualmente se propõe intervir na apresentação de candidaturas tornam possível a participação de pessoas que, como eu próprio, não só não são seus membros, como não abdicam das suas ideias, nem empenham a sua liberdade de acção.

Neste momento especial isto parece-me importantíssimo.

De outro modo não seria possível a colaboração daqueles que, absolutamente despidos de ambições políticas, sentem que é seu dever não se recusarem a colaborar numa obra de renovação, que é independente de posições partidárias.

Por muito que se tenha educado no descrédito da política, é-se forçado a reconhecer que, quando se começa a tomar em profundidade consciência da nossa própria existência pessoal e das realidades que nos cercam, somos constantemente conduzidos a ela.

Desde a educação e futuro dos nossos filhos às nossas próprias condições de trabalho e de vida, desde a liberdade de ideias à liberdade física, aquilo que pensamos e queremos coloca-nos directamente ante a política: seja em oposição frontal à seguida por determinado Governo, seja de simples desacordo, seja de apoio franco.

Porque somos homens, seres inteligentes e livres chamados a lutar pela realização desses dons na vida, formamos a nossa opinião e exprimimos as nossas ideias, pelo menos no círculo de pessoas que nos cercam.

Mas se nos limitarmos a isso, se nos demitimos da intervenção activa, não passaremos de desportistas de bancada, ou melhor, de políticos de café.

A intervenção activa é a única possibilidade que temos de tentar passar do isolamento das nossas ideias e das teorias das nossas palavras à realidade da actuação prática, sem a qual as ideias definham e as palavras se tornam ocas.

Trata-se portanto de um direito e de um dever que nos assiste como simples cidadãos, pelo qual não nos devemos cansar de lutar e ao qual não nos podemos esquivar a corresponder.

Podemos sentir ou não vocação para o desempenho de atitudes ou de cargos políticos, podemos aceitar ou não as condições em que estamos, concordar ou não com a forma como a intervenção nos é facultada, mas não temos o direito de nos demitirmos da dimensão política, que, resultante da nossa liberdade e da nossa inteligência, é essencial à condição de homens.

A razão por que aceitei a candidatura é portanto a mesma por que requeri a minha inscrição no recenseamento eleitoral: por esta habilitei-me a intervir através do voto; mediante aquela aceitação propus-me tentar participar directamente na condução da vida da Nação.

Infelizmente os números do recenseamento revelam que a grande maioria dos portugueses não pensa assim.

Mas suponho que muitos dos que se remeteram a essa passividade, que é demissão, o lamentam já, ante a animação a que esta campanha eleitoral deu lugar.

Este é um ponto que me parece essencial, pois que se o País não o encarar com seriedade, se cada um se não dispuser a tornar efectivos os seus direitos e deveres cívicos, não poderemos sair da apatia em que nos encontramos, do imobilismo que só agrada a uns quantos.

Recuso-me a aceitar que sejamos assim, que o nosso povo tenha por natureza de ficar eternamente sujeito ao paternalismo de um homem, de um sistema ou de uma classe.

Recuso-me a admitir que, ao contrário dos outros povos, não possamos ser capazes de conciliar a liberdade com a ordem, o progresso com a segurança, o desenvolvimento com a justiça.

Recuso-me a conceber que a revolução seja a única forma de nos fazer sair do marasmo político, que a subversão seja o único meio de fazer vingar as reformas nossas estruturas.

Por isso rejeito as ditaduras, sejam elas de direita ou de esquerda, de uma ou de outra classe, bem como os caminhos que a ela conduzem.

Creio que, se todos quisermos, podemos eficazmente aproveitar a oportunidade que nos é dada de obter as reformas necessárias sem quebra da ordem pública, sem atropelos das consciências, nem violências sobre as pessoas.

Pela minha parte dispus-me a tentá-lo, na convicção de que tenho obrigação de o fazer, ainda que, mais do que em qualquer empreendimento humano, sejam grandes os riscos de falhar.

Mas é indispensável que não haja ilusões de parte a parte.

Nesta altura estão já expostos os programas dos candidatos, aquilo que se propõem realizar se forem eleitos.

No que diz respeito à Metrópole há um grande campo de coincidência nos programas das várias tendências políticas: todas se propõem reformas em ordem e melhoramentos dos vários sectores da vida nacional

Mas enquanto uns, como nós, acham que é possível realizá-las na linha do actual Chefe do Governo, outros exigem a substituição das instituições políticas como condição da sua efectivação.

O programa que em linhas gerais foi exposto no nosso comunicado recentemente publicado corresponde à realidade do que queremos.

Mas entendo que a sua efectivação não será inteiramente possível se os deputados permanecerem fechados sobre si próprios.

Se formos eleitos teremos de ser efectivamente representantes, o que significa que havemos de exprimir a vontade da Nação, procurar realizar os seus anseios, corresponder aos seus objectivos.

Mas para isso é indispensável que o povo que eleger os deputados tenha vontade própria, saiba o que quer e que o exprima efectivamente.

Por isso me parece indispensável insistir tanto na revitalização política do País.

Creio que os deputados prestariam um péssimo serviço aos eleitores se se limitassem a fazer eco dos problemas e preocupações regionais ou nacionais, como se os membros da Assembleia Nacional fossem os únicos que pudessem livremente criticar, reclamar e exigir.

Parece-me que a primeira contribuição que podemos prestar ao País, se formos eleitos, é procurar estabelecer as condições indispensáveis à formação e expressão de uma opinião pública consciente e livre.

Esse o ponto de partida que possibilitará a cada pessoa, a cada classe, a cada concelho, a cada organização profissional, a cada comunidade ocupar-se dos seus próprios problemas, lutar eficazmente pelos seus próprios direitos, tomar mais consciência das suas responsabilidades.

Por isso considero primordial o restabelecimento dos direitos e liberdades fundamentais na maior medida possível: sem ele creio que será impossível realizar todas as demais reformas.

Há que ser prudente, mas prudência e a virtude da acção eficaz no momento oportuno e não a passividade timorata.

É necessário que não nos limitemos a falar pelos outros, mas que procuremos que cada um tenha a possibilidade de o fazer e que não a despreze.

Nesse capítulo a próxima Assembleia Nacional terá um importante papel a desempenhar, pois lhe incumbirá rever a Constituição, e portanto os princípios fundamentais que nos regem.

Se estivesse convencido que o Governo é o único órgão capaz de empreender as reformas, que só a ele cabe ajuizar da sua necessidade, das oportunidades e dos meios da sua realização, não me candidataria porque o consideraria pura inutilidade. Ante um Governo onnipotente a assembleia parlamentar teria de ser meramente laudatória.

É ainda escasso o tempo do Governo do Prof. Marcello Caetano, mas há que reconhecer que, para além da intensa actividade legislativa, tendente a melhoramentos económicos e sociais, alguma coisa se fez já em prol do desanuviamento político e social e da seriedade do próximo acto eleitoral.

Não são ainda alterações substanciais, mas simples mudanças circunstanciais, que nem por isso deixam de constituir prenúncios animadores: a censura abrandou, os conflitos de trabalho e das universidades, incluindo as greves, deixaram de ser considerados e tratados como crimes políticos, os opositores ao regime não são já tratados como se a simples oposição fosse um delito político.

Mas... há ainda muitos e muitos mas.

O certo é que é muito fácil afirmar que mudaremos tudo isso rapidamente; tão fácil que quase ninguém o acredita e a maioria das pessoas está saturada de tais promessas.

Vemo-nos submersos num mar de palavras, rodeados de críticas recíprocas, de recriminações mútuas, de promessas constantes.

Pela parte que me toca tenho esperança nas soluções que sejam fruto da livre troca de impressões, que sejam obtidas com a colaboração dos interessados e que enraízem numa autêntica opinião pública; não prometo resultados, comprometo-me a trabalhar e peço que todos nos ajudem.

Por isso me parece essencial começar por procurar restabelecer o exercício efectivo dos direitos e liberdades fundamentais na maior medida possível, embora com realismo e prudência.

Se isso se conseguir, creio que será possível despertar a consciência política de cada um, caminhar gradualmente para uma participação de todos na busca das soluções que a todos interessam.

É este o momento que nos é dado, a oportunidade que nos é oferecida de procurarmos tomar o destino nas nossas mãos. Por isso se dizia, e bem, num documento dos candidatos da oposição de Castelo Branco, que somos chamados a fazer história.

Corremos um risco, assumimos uma responsabilidade; temos a consciência de cumprir um dever.

Só o futuro dirá se soubemos corresponder à confiança que em nós venha a ser depositada.

Mas é indispensável que todos tenhamos consciência de que, seja quem for que venha a ser eleito, só poderá realizar alguma coisa se contar com o apoio de todos.

Peço-lhes que não estranhem que não me tenha ocupado concretamente dos problemas específicos deste progressivo Concelho, alguns dos quais conheço, nem me tivesse referido às justas reivindicações, que sei que as há numerosas

É que considero que para além destas e daquelas há a questão fundamental e comum a todos nós, sobre a qual me detive: a de cada um poder ordeiramente expressar o que o preocupa e reclamar o que entende justo, de modo a fazer-se ouvir, doa a quem doer.

Sendo isso possível, não faltarão munícipes que, com muito maior competência do que eu e melhor conhecimento de causa, e sem quebra da boa ordem e correcção, se saberão fazer ouvir e atender.

Agradeço a paciência com que me ouviram e mais uma vez faço votos para que todos saibamos corresponder à seriedade deste momento e à esperança desta hora, para bem de Portugal.

## **1.4. Debate em A Capital sobre liberdades político-religiosas - saído em 9-10-969**

### **SÁ CARNEIRO:**

A pessoa humana define-se pela liberdade. Ser homem é ser livre. Coarctar a liberdade é despersonalizar; suprimi-la desumanizar. A liberdade de pensar é a liberdade de ser, pois implica a liberdade de exprimir o pensamento e a de realizar na acção.

Estamos assim postos ante a liberdade política e a liberdade religiosa.

E, através delas, tocamos vários dos direitos e liberdades fundamentais.

A acção política, como a religiosa, não é apenas a do indivíduo isolado, nem pode ter como único destinatário esse mesmo indivíduo.

Além da liberdade de expressão, a liberdade de pensamento implica o exercício dos direitos de livre reunião e associação.

Não há liberdade de pensamento político se não é possível a cada um exprimir as suas ideias, confrontá-las com as dos demais, associar-se com as que as professam idênticas e procurar realizá-las na prática da acção governativa.

Temos, pois, desde a liberdade de Imprensa à de reunião, desde os partidos ao acesso ao poder político.

Do mesmo modo não há liberdade religiosa sem a possibilidade de fundação de comunidades de fiéis, de prestação de culto público, de pregação e de difusão de ideias.

Se a liberdade é uma exigência espiritual, constitui também um problema político: em cada momento há que articular as liberdades pessoais entre si e combinar a sua medida e o seu exercício com a realização concreta do bem comum.

A despersonalização política do País, que não é apenas a dos governados, é em grande parte fruto de um longo período de supressão de liberdades fundamentais.

Os números do recenseamento são elucidativos quanto a essa despersonalização política.

Tudo é fácil de verificar e de proclamar, mas penoso de resolver.

A Grécia, o Brasil, a Checoslováquia, a Hungria são exemplos demasiado próximos de nós para que tenhamos o direito de ser ingénuos ou de abstrair das nossas realidades políticas e sociológicas.

O certo é também, que não se aprende a ser livre senão sendo-o: a aprendizagem da liberdade faz-se através do seu exercício, ainda que gradual o prudente, ou seja, adequado às circunstâncias como o bem comum exigir.

Dessas circunstâncias, e da medida de liberdade concretas cujo exercício cias possibilitem, não pode o Governo ser o único juiz.

Claro que é muito mais difícil, e pode parecer mais ineficaz, governar na liberdade do que contra ela: mas não há outra forma lícita de governo de homens.

Importa pois que o Governo não seja o único juiz das oportunidades e dos meios de restauração dos direitos e liberdades fundamentais, das condições e métodos da revitalização política do País. Neste ponto a Assembleia Nacional tem também um importante papel a desempenhar.

Quanto à liberdade religiosa, a Igreja Católica Portuguesa está em plano mais favorecido do que as outras confissões, já que a Concordata lhe garante, em certa medida, as liberdades de expressão, reunião e associação, enquanto os adeptos dos demais credos estão na religião como na política: submetidos às disposições restritivas da legislação especial prevista na Constituição, art. 8.º § 2.º.

Esta é uma desigualdade que a própria Igreja Universal hoje condena.

Mas da Concordata derivam também limitações para a hierarquia - nomeação dos bispos - e para os fiéis - proibição civil do divórcio.

Os tratados constituíam para a Igreja o meio de assegurar o exercício de certos direitos e liberdades nos Estados em que, por razões de direita ou de esquerda, se viam deles privados.

Hoje a Igreja tem mais consciência de que o que se lhe impõe é a luta pelos direitos de todos e não apenas a defesa dos seus próprios: só assim poderá dar testemunho válido e eficaz, procurar ser sinal, sacramento de Cristo, que veio restituir a todos os homens a liberdade dos filhos de Deus, comunicando-lhes a Sua dignidade.

Por isso, se a Igreja não tem que defender soluções políticas concretas, cabe-lhe lutar, em nome da Moral que defende, contra todas as violações dos direitos do homem, pugnando pela liberdade religiosa de todos e não apenas pela dos seus fiéis.

Além do problema político da liberdade religiosa, haveria também que considerar a questão dentro da própria Igreja, o que me parece que excede o âmbito deste inquérito.

### **1.5. Entrevista (gravada) totalmente censurada, e dada ao Diário de Lisboa em 5-7-1972**

P. - Na imprensa internacional (nomeadamente Financial Times) e mesmo internamente circulou que o Prof. Marcello Caetano seria o futuro Presidente da República. Levantavam-se também outras hipóteses, entre as quais a da continuidade do Sr. Almirante Américo Tomás, à frente da Nação e foi precisamente essa que vingou. Quais as razões que terão levado a tal opção?

R. - Embora não conheça por dentro o que se passa, visto não fazer parte dos meios afectos ao regime e muito menos dos órgãos dirigentes da ANP, sei que se aludiu efectivamente, não só na imprensa internacional como em certos meios dentro do País, à possibilidade duma candidatura do Prof. Marcello Caetano.

Essa candidatura seria certamente tomada como sintoma de modificações em perspectiva na política nacional. Pela primeira vez desde a revolução de 28 de Maio o Presidente da República seria um civil. Por outro lado haveria uma alteração não só na Presidência da República como na própria Presidência do Conselho, visto que os cargos não se acumulariam.

Mas, para além destas mudanças imediatas, haveria sobretudo a considerar, interna e externamente, que o Prof. Marcello Caetano, como Presidente da República, poderia traçar novos rumos à política nacional, dissociar o regime da sua forma salazarista e concretizar a liberalização que muita gente ainda crê ser o seu intuito, como parecia ser em 1969, como foi com certeza nesse ano a julgar pelo programa da U. N. que apoiou. Tudo isso criou uma expectativa muito grande à volta da escolha do candidato à Presidência da República.

Falou-se também doutros nomes, esses militares, mas era efectivamente a candidatura do Prof. Marcello Caetano a que atraía as atenções, a que teve mais repercussões. Eu creio que ela só seria possível se houvesse efectivamente uma vontade de mudança que em meu entender não existe. Pelo menos a partir da revisão da Constituição, de fins de 70, é nítido que a política nacional, a política do actual Presidente do Conselho se tem orientado para a total identificação com o